Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Agora, vai ser "amarrado"

Os senadores têm dito que já deram ao governo vários projetos de aumento da arrecadação e o Poder Executivo aplicou onde bem quis. Agora, o que o Congresso aprovar será vinculado à desoneração da folha de salários dos 17 setores e dos municípios.

Cobrem deles numa CPI

O ex-secretário de Política Agrícola Neri Geller, que saiu atirando depois das denúncias envolvendo a compra de arroz, tem dito a amigos que quatro ministros assinaram a medida provisória que garantiu o leilão e sua subvenção: o da Agricultura, Carlos Fávaro; o do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira; o da Fazenda, Fernando Haddad; e a do Planejamento, Simone Tebet. A oposição vai insistir na CPI da Câmara.

Por falar em MPs...

Já tem parlamentar defendendo que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), aproveite o embalo da devolução da Medida Provisória 1.227, do PIS/Cofins, e devolva também a MP do leilão de arroz, que ainda está em vigor.

O novo PSDB do DF

Seguem avançadas as conversas do presidente nacional do PSDB, Marconi Perillo, para que o secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Sandro Avelar, assuma a presidência do partido. A nova executiva, porém, será um misto de novos e personagens históricos tucanos, como a ex-governadora Maria de Lourdes Abadia e o ex-ministro e ex-senador Valmir Campelo.

A chegada do "defeso eleitoral"

A partir de 6 de julho, o governo espera um refresco nas pressões para troca de ministros e liberação de emendas. É o início do período em que fica proibido promover transferências voluntárias aos municípios, por força da lei que rege as eleições deste ano. Porém, nesses 22 dias que restam para as liberações, os ministros não farão outra coisa que não seja atender os políticos atrás das emendas. O período mais crítico será na semana que vem, quando haverá um esforço concentrado em Brasília, o último antes do que vem sendo chamado de "defeso eleitoral" — numa referência ao período em que é proibido pescar determinadas espécies para garantir a reprodução. Até aqui, os deputados garantem que a maioria das emendas não foi liberada e, a contar pelo que dizem alguns integrantes do Poder Executivo, nem será.

» » »

Em tempo: o governo espera aproveitar esse "defeso eleitoral" para fazer caixa, a fim de garantir os programas no período pós-eleitoral. E, de quebra, fechar uma proposta de corte de despesas para dar uma satisfação às cobranças por alívio da carga tributária.

CURTIDAS

Fabio Pozzebom/Agencia Brasil

SAI20 começa na próxima semana/ Belém receberá, de 16 a 18 de junho, representantes de 18 países do SAI20 — organização que reúne as instituições de controle dos países do G20. No encontro, será aprovado um comunicado com ações prioritárias desses órgãos no combate à crise climática e de enfrentamento à fome e à miséria. O anfitrião é o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas (foto), que assumiu o SAI20 neste ano em que o Brasil comanda o grupo dos países mais ricos do mundo.

Sintonia/ Dantas informa que os temas foram escolhidos porque fazem parte da agenda prioritária do G20 e devido à relevância e à urgência dessas questões em todo o mundo. O TCU e congêneres estrangeiros atuarão na fiscalização dos compromissos assumidos pelos países do bloco e pretendem contribuir para que todos eles sejam cumpridos.

Segurança alimentar na pauta/ A guerra na Ucrânia impactou a segurança alimentar global, afetando diretamente o Brasil, como um dos maiores produtores mundiais de alimentos, e ampliando o risco de fome para milhões de pessoas na África e na Ásia. Essa já seria razão suficiente para o governo Lula ter uma participação mais assertiva na Cúpula Global de Paz, na Suíça, nesta fim de semana, com mais de 100 líderes de Estados e gestores políticos.

Vem mais/ O plano de 10 pontos a ser apresentado à Federação Russa como resultado da cúpula tratará, ainda, de outros temas estratégicos, como questões humanitárias — por exemplo, o uso de civis como alvos e sequestros de crianças — e riscos nucleares. O Brasil, como força geopolítica regional e candidato a mediador de conflitos internacionais, pode ser um grande aliado na construção dessa proposta.

JOIAS SAUDITAS / Corporação faz os ajustes finais no relatório a ser enviado à PGR sobre desvio de presentes de luxo recebidos pelo ex-presidente e comercializados nos Estados Unidos

PF vai indiciar Bolsonaro

» RENATO SOUZA

A Polícia Federal vai indiciar o ex-presidente Jair Bolsonaro no inquérito que apura a venda de joias recebidas por ele quando ocupava a Presidência da República. As investigações apontam a participação ativa do ex-chefe do Executivo nos atos que culminaram no transporte e na comercialização dos itens nos Estados Unidos, de acordo com fontes ouvidas pelo Correio.

A corporação está finalizando o relatório sobre o caso. O documento lista a participação de outras pessoas, ligadas a Bolsonaro, e, quando concluído, será enviado à Procuradoria-Geral da República (PGR). Cabe ao órgão decidir, então, se apresenta ou não denúncia no Supremo Tribunal Federal (STF). A previsão é de que o inquérito seja concluído nas próximas duas semanas, podendo ser apresentado a qualquer momento.

Em maio, a PF enviou uma comitiva aos Estados Unidos que atuou em conjunto com o FBI e descobriu mais uma joia levada ilegalmente ao país — além das que já eram de conhecimento dos investigadores. A suspeita é de que esse item também tenha sido vendido, em vez de incorporado ao patrimônio da Presidência.

Em uma conversa com jornalistas, o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, afirmou que a descoberta atrasou um pouco a finalização das investigações. "Esse foi um dos fatores que levou a avançar uma semana, 10 dias para concluir. Essa diligência no exterior, com nossa equipe e a equipe do FBI, localizou que, além dessas joias que já sabíamos, houve a negociação de uma outra que não estava no foco dessa investigação", relatou. "Não sei se já foi vendida ou não foi. Houve o encontro de um novo bem vendido ou tentado ser vendido no exterior."

A expectativa é de que até julho também sejam finalizados os inquéritos sobre fraude no cartão de vacinas de Bolsonaro e familiares (que retornou à PGR para novas diligências) e a respeito da suposta participação dele na tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023.

Já outra investigação, sobre um esquema paralelo de espionagem realizado pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) no governo do ex-presidente, deve levar um pouco mais de tempo e ser encerrada em agosto.

Procurado, o advogado de Bolsonaro, Fábio Wajngarten, afirmou que a defesa só vai se manifestar após ter acesso ao inquérito.

Redes sociais/Reprodução

A descoberta de uma nova joia pode ser um agravante contra o ex-presidente Jair Bolsonaro

Memória

Apreensão de diamantes

» Em março do ano passado, o jornal Estadão revelou que o governo Bolsonaro tentou trazer ilegalmente para o país colar, anel, relógio e um par de brincos de diamantes avaliados por peritos da PF em R$ 5,1 milhões. As joias foram um presente do regime saudita para o então presidente e para a primeira-dama Michelle Bolsonaro e acabaram apreendidas no aeroporto de Guarulhos.

» Os itens estavam na mochila de um militar, assessor do então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. A apreensão dos diamantes ocorreu em 26 de outubro de 2021, durante uma fiscalização de rotina entre os passageiros que desembarcaram nos terminais de Cumbica, com origem na Arábia Saudita.

» Em agosto, a PF deflagrou a Operação Lucas 12:2, que mirou um grupo, composto por aliados do ex-presidente, suspeito de tentar vender no exterior joias e outros objetos de valor recebidos por Bolsonaro na condição de chefe de Estado. Essas peças deveriam ter sido incorporadas ao acervo da União, mas, segundo os investigadores, foram omitidas dos órgãos públicos e negociadas para fins de enriquecimento ilícito.

» Eurípedes Júnior na lista da Interpol

O nome de Eurípedes Júnior, presidente do Solidariedade, foi incluído na lista vermelha de difusão da Polícia Internacional (Interpol), a pedido da Polícia Federal. Ele é acusado de chefiar um esquema criminoso de desvios dos fundos eleitoral e partidário do Pros, sigla na qual foi presidente durante anos. O político foi alvo de um mandado de prisão expedido pela Justiça Eleitoral do Distrito Federal. No entanto, não foi encontrado durante buscas realizadas em endereços ligados a ele e ao partido.

REDES SOCIAIS

Barroso: se Congresso não regular, STF vai agir

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, afirmou que, se o Congresso não definir a regulamentação das plataformas digitais, a Corte terá de atuar sobre o tema. As declarações ocorreram durante o IX Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral em Curitiba. De acordo com o ministro, é necessário que o poder público adote medidas para conter a disseminação de notícias falsas.

"Temos de fazer a regulação das plataformas digitais. Espero que venha do Congresso. Mas vamos ter que julgar no Supremo se ela não vier. Infelizmente, a mentira, a agressividade e o sensacionalismo trazem mais engajamento do que fala moderada. Há um incentivo perverso, porque se ganha mais dinheiro fomentando ódio. Sob o biombo da liberdade de expressão, há um negócio de ódio", declarou.

A regulação das redes sociais pode ser parcialmente imposta pelo Supremo nas ações que julgam artigos do Marco Civil da Internet. A previsão é de que o relator das propostas, ministro Dias Toffoli, libere o tema para julgamento no próximo mês. Entre as regras a serem analisadas, está um pedido para que as provedoras de redes sociais sejam responsabilizadas pelo conteúdo postado por usuários.

Barroso destacou que espalhar fake news é uma prática a ser vedada. Ele citou que as religiões também são usadas para desinformar no período das eleições. "Mentir precisa voltar a ser errado. Há a ideia de que o adversário é representante do demônio ou de que quem não votar em determinado candidato não vai para o céu", disse. (**RS**)